

# BEIRA DO RIO

ISSN 1982-5994

EDIÇÃO ESPECIAL - MEMÓRIA E CONFLITO

UFPA • ANO XXXIII • N. 4

AGOSTO E SETEMBRO • 2019

## Histórias que importam

O patrimônio perdido para Belo Monte  
em Altamira - Pará

# Patrimônios das histórias pessoais

Nossa história começa com um jovem estudante da Universidade Federal do Pará (UFPA) e sua fala sobre o tempo em que era criança e brincava nos arredores de Altamira. Na década de 1990, a cidade possuía os ares do mundo urbano do interior da Amazônia: mesmo próximo ao núcleo urbanizado, havia áreas de mata, banhadas pelo rio. Esses locais eram um dos preferidos para os encontros de crianças que corriam e refrescavam-se no Xingu. João conta que, com seus amigos, costumava atirar pedaços de cacos cerâmicos nas águas claras deste rio e divertia-se quando elas pulavam na superfície, antes de afundarem ao longe.

A narrativa acima foi apresentada em uma das oficinas ministradas ao longo da pesquisa que deu origem a esta edição especial, que tinha como tema a Arqueologia Amazônica. Naquele momento, o narrador se deu conta de que os cacos que atirava ao rio eram, em verdade, peças arqueológicas espalhadas no solo do Pedral, área de lazer da população de Altamira naquele período.

Hoje em dia, o Pedral abriga um dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) criados no contexto da implantação da Usina Hidroelétrica (UHE) de Belo Monte. Os RUCs, como são conhecidos tais reassentamentos, foram construídos nos terrenos distantes do centro de Altamira e estão sendo ocupados pelos moradores dos bairros atingidos pelas transformações provocadas pela usina.

No Pedral, não se vê mais os vestígios arqueológicos espalhados pelo chão. Há, porém, restos de material de construção, resultantes da demolição dos pequenos estabelecimentos que recebiam os visitantes.

A quarta edição especial, fruto da parceria entre o Jornal *Beira do Rio* e o Projeto *Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira*, trata de histórias similares à contada por João, pois elas nos dizem sobre as relações das pessoas com o espaço urbano. Mais do que isso, elas falam sobre as perspectivas desses moradores a respeito da dimensão material que marca os deslocamentos provocados pela UHE de Belo Monte.

Com as narrativas dessas pessoas, queremos evidenciar como trajetórias individuais constroem as dinâmicas da cidade e ficam registradas em casas, ruas,

palafitas, pequenos objetos, vestígios arqueológicos etc. Esse mundo material constitui o que podemos traduzir como patrimônio da história desses grupos, grandemente afetados pelos reordenamentos territoriais, que não os incluem nas lógicas estatais de patrimonialização.

Antes de começar, cabe uma pequena explicação: como algumas das histórias narradas apontam situações de tensão, e para não expor as identidades dos interlocutores deste fascículo, todos os nomes foram trocados.

Rhuan Carlos dos Santos Lopes  
(Unilab)

*Ruínas do antigo balneário no Pedral. O local era frequentado por moradores de Altamira, em momentos de lazer.*

RHUAN LOPES



# A cidade em transformação: Altamira lembrada pelos seus moradores

**A**s vezes, histórias começam a ser contadas a partir de datas distantes, que podem fugir de nosso alcance e estão guardadas ou não na memória. Assim como outras cidades amazônicas, falar de Altamira pode nos levar a esse passado afastado demais dos dias de hoje. Afinal, a presença humana na região é muito antiga, gera muitas polêmicas e está sendo estudada por diferentes áreas do conhecimento.

Aqui, no entanto, vamos falar de um passado que está muito próximo dos atuais moradores de Altamira. Tão próximo que pode ser entendido como o presente ainda vivido por eles. Vamos começar, então, com o que se diz sobre a cidade. Desde 2010, foi dado o início à execução de um antigo plano de desenvolvimento econômico, pautado na produção de energia elétrica. A UHE de Belo Monte, localizada na bacia do rio Xingu, prometia ser grandiosa em todos os sentidos. Desde o início de suas obras, no entanto, a região começou a sofrer mudanças desproporcionais nem tanto animadoras para quem mora nos seus arredores.

Altamira passou por amplas modificações em seu cotidiano. Aliás, a cidade tem sido frequentemente retratada como uma das mais violentas do Brasil. As notícias veiculadas em grandes meios de comunicação por jornalistas experientes associam os índices de violência ao crescimento populacional provocado pelas obras de Belo Monte. Entre os moradores, porém, há certo desconforto nesse tipo de imagem projetada nacional e internacionalmente. Todos reconhecem as mudanças ocorridas, já que eles são os mais impactados nesse sentido.

Porém há incômodo em ver o dia a dia de Altamira ser noticiado levando em conta apenas uma das dimensões de sua realidade. Esse foi o tom da breve fala de Joana, liderança de diferentes movimentos sociais de mulheres, ao refletir sobre o que

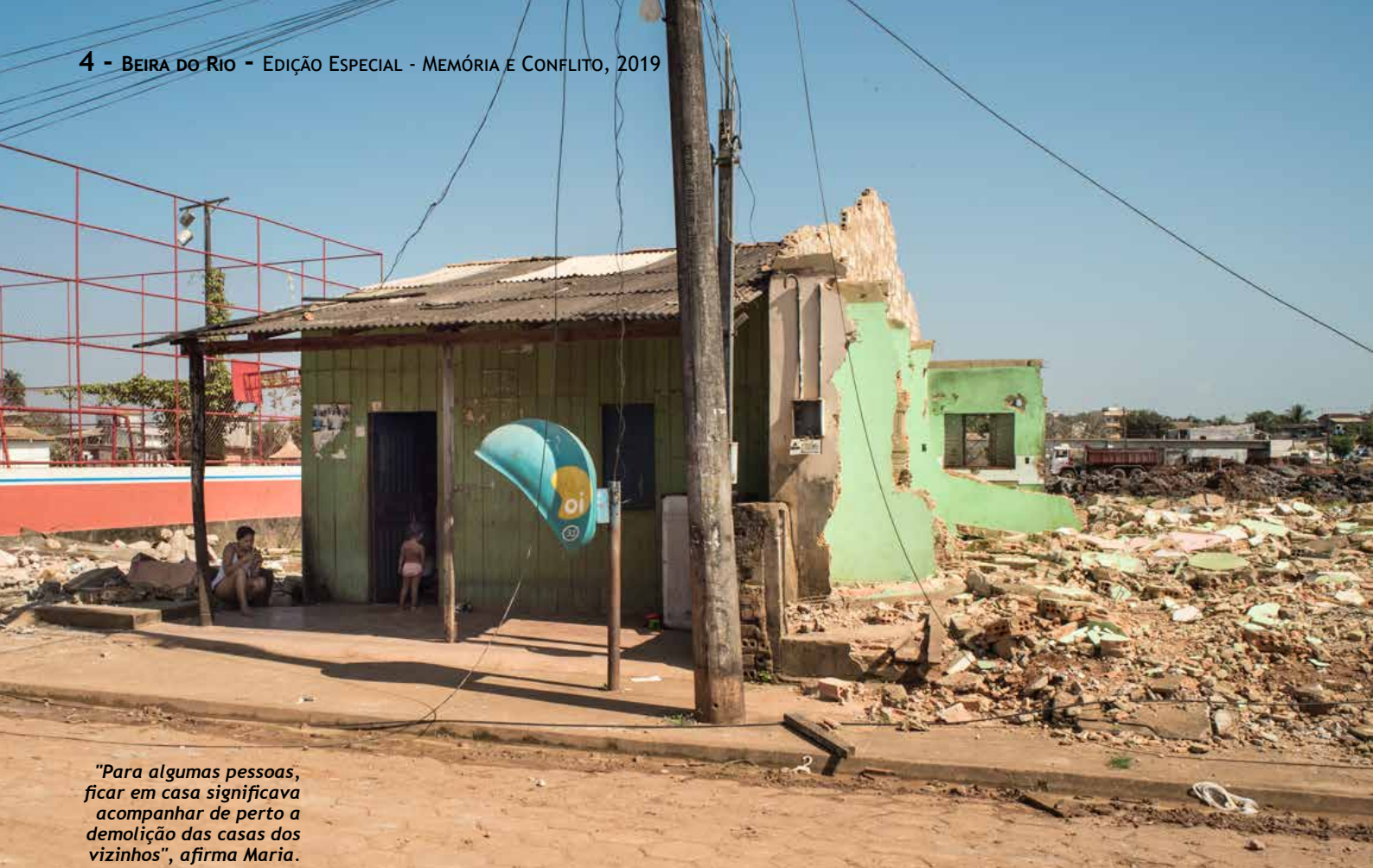
entende por patrimônio de Altamira. Para ela, mesmo sendo vítima das consequências danosas dos projetos econômicos, a cidade tem como marca o seu “povo organizado”, lutando por políticas públicas e melhorias de vida.

## O que mais mudou?

Para quem saiu de Altamira antes do início das obras de Belo Monte e retornou anos depois, há o impacto de encontrar uma cidade muito diferente. Esse espanto foi descrito por Vinícius, outro estudante da UFPA, ao falar sobre seu retorno a Altamira após 10 anos morando fora. Para ele, a ausência das palafitas do bairro Aparecida, o aterramento de alguns igarapés ou a poluição de outros fazem com que as suas referências de localização tenham sido modificadas. Vinícius completa: “nem meus amigos são os mesmos”.

As palavras de Vinícius marcam o susto de quem não acompanhou as mudanças gradativas e drásticas da cidade. A distância de aproximadamente 58 quilômetros entre Belo Monte e Altamira não evitou as consequências sobre os moradores. Bairros e ruas desapareceram ao longo do processo de aumento no nível do rio. Para quem chegava naquele momento, a imagem era de uma zona de guerra, com casas demolidas e restos de material de construção formando montes de entulhos no lugar dos prédios.

Para quem não deixou a cidade, o desalento não foi menor. Todos os moradores perceberam as mudanças, mas, para quem morava ou ainda mora em alguns dos bairros diretamente atingidos, o impacto era cotidiano. As áreas próximas ao rio eram divididas pelas chamadas *cotas*, que indicam os níveis em que a água iria subir, já que a barragem de Belo Monte afetaria a vazão natural do Xingu.



*"Para algumas pessoas, ficar em casa significava acompanhar de perto a demolição das casas dos vizinhos", afirma Maria.*

TIAGO OLIVEIRA

**M**aria, servidora pública e estudante universitária, uma das moradoras do bairro Aparecida, situado próximo ao centro de Altamira, conta como a retirada dos moradores acontecia. Segundo nossa narradora, em 2010, os debates sobre Belo Monte estavam acelerados. Por volta do ano seguinte, os moradores começaram a ser cadastrados pela concessionária, para, em seguida, serem realojados nos Reassentamentos Urbanos ou receberem indenizações com base nos valores de suas propriedades. Maria morava de aluguel e, por isso, não poderia ser realocada nem receber compensação financeira.

Como ela mesma diz, precisou "ficar migrando... de lugar, para lugar": tentou morar na Rua Abel Figueiredo, ainda nas imediações do bairro Aparecida, mas também foi retirada do local. Em seguida, foi para Açaizal e, novamente, teve que deixar a casa alugada, já que a área seria impactada pelo aumento da cota do rio Xingu.

Maria lembra que as propriedades eram marcadas com placas e códigos, indicando que seriam demolidas. Porém nem todos aceitavam imediatamente os termos da proposta apresentada pela Norte Energia, empresa responsável pela construção de Belo Monte. Para essas pessoas, ficar em casa significava acompanhar de perto a demolição das residências dos vizinhos. Por vezes, as máquinas derrubavam o prédio ao lado ou à frente, logo em seguida à saída dos moradores. Segundo Maria, isso acelerava a decisão de quem ainda estava em dúvidas sobre o deslocamento para outro lugar.

Nas demolições iniciais, era permitido que os moradores retirassem parte do material de construção utilizado nas casas, tais como madeiras que poderiam ser reaproveitadas. Isso era utilizado, inclusive, nas adaptações dos prédios nos primeiros RUCs ocupados: "puxadinhos" e cômodos adicionais eram erguidos nas laterais ou nos fundos

das casas, permitindo melhor adaptação à nova moradia. Isso incomodou os urbanistas da Norte Energia, que proibiram a retirada de madeira das propriedades que estavam sendo demolidas no Aparecida ou em outros bairros.

Como diz Maria, "de repente os vizinhos não se conheciam mais". A saída acelerada, a demolição rápida das casas, o deslocamento para RUCs... tudo isso fez com que as pessoas ficassem espalhadas nas áreas distantes de Altamira, seja por estarem nos Reassentamentos, seja por necessitarem comprar ou alugar casas em bairros diferentes.

As praias, citadas pelo nosso narrador do início deste texto, desapareceram com a subida das cotas de água do Xingu. Ficaram as praias artificiais, como nos diz Maria, atualmente pouco frequentadas, principalmente pela localização e pelo excesso de sol, já que não são margeadas pela vegetação nativa e pela lama no fundo da água.

# Enquanto uns bairros desaparecem, outros crescem demais...

**S**e alguns bairros sofreram com a forma como ocorreram o desmonte de casas e a mudança dos moradores, outros ainda lutam para serem reconhecidos como impactados por Belo Monte. Esse é o caso do Jardim Independente I, localizado na periferia da cidade.

Quem conta a história do lugar é Anderson, uma das lideranças locais do Movimento de Trabalhadores Urbanos e Rurais de Altamira. O Independente, como também é chamado o bairro, fica próximo a uma lagoa. O crescimento desordenado, associado ao aumento do custo de vida, fez com que a lagoa fosse gradativamente ocupada por pessoas que não podiam se manter nas casas próximas ao centro ou em outros lugares com melhor infraestrutura urbana. Além disso, os migrantes que vieram para trabalhar nas obras da Usina e, em seguida, ficaram desempregados passaram a ocupar a área. Palafitas e esgoto a céu aberto passaram a compor a paisagem do bairro.

Por essas razões, Anderson nos diz que o Independente I foi impactado socialmente por Belo Monte, já que o aumento na pobreza e o crescimento populacional ocorreram em virtude do empreendimento. Mesmo assim, só no início do ano de 2018, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) reconheceu que a área deve entrar nos estudos para a realização de medidas compensatórias. A decisão chegou em meio às preocupações com a entrega das obras da Usina e a possibilidade de que a cidade ficasse desassistida, restando como saldo somente os problemas gerados ao longo de sua construção.

Mas o leitor pode se perguntar:

essas pessoas foram retiradas de suas casas, o rio subiu, a cidade ficou violenta... não houve nenhum estudo para prever isso?

## Estudos de Impacto Ambiental e Patrimônio arqueológico

Os Estudos de Impacto Ambiental são acompanhados por relatórios (EIA/RIMA), que, por sua vez, são analisados pelos órgãos públicos responsáveis pela emissão das autorizações necessárias para todas as etapas da obra. Eles apontam quais os possíveis impactos que o ambiente e a sociedade irão sofrer em razão do empreendimento. Com base neles, também são tomadas decisões acerca dos procedimentos a serem adotados para “compensar” tais impactos. A retirada de pessoas de seus locais de origem é um exemplo disso.

Maria fala que os estudos de impacto ambiental eram apresentados em reuniões, nas quais eram entregues pequenos gibis que informavam as condicionantes e as “coisas boas” que supostamente ocorreriam com a construção da Usina. Pouco se falava, nesses gibis, acerca dos perfis sociais dos moradores ou das questões ambientais dos bairros extintos. Nessas reuniões, era exposto, por exemplo, que havia patrimônio arqueológico em alguns pontos da cidade, coisa que Maria soube apenas com o material de divulgação da Norte Energia.

Todo material arqueológico é protegido pelas leis brasileiras e por isso são incluídos nos EIA/RIMA. É necessário divulgar toda pesquisa realizada nas áreas em que há sítios que serão impactados por obras, pois, nesses lugares, também está registrada a história de passados distantes ou, muitas vezes, bem próximos a nós.



*Casas construídas  
no Reassentamento  
Urbano Coletivo  
Pedral, em  
Altamira.*

RHUAN LOPES

Tanto em Altamira quanto na cidade vizinha de Vitória do Xingu, foram identificados e pesquisados sítios arqueológicos. Nesses lugares, também foram realizadas atividades de Educação Patrimonial, que tinham como objetivo explicar para a população a relevância da preservação dos vestígios da presença de diferentes povos ao longo da história da região. Milhares de peças e fragmentos foram coletados e levados para diferentes laboratórios no País, e outros estão em análise, em Altamira.

Segundo Carla, uma estudante indígena que acompanhou de perto as pesquisas arqueológicas, a Educação Patrimonial era realizada nas escolas dos municípios, conforme os procedimentos que eram comuns na época. Apesar disso, nossa narradora não conheceu nenhuma atividade voltada para os povos indígenas, seja de Altamira, seja de outra localidade no entorno dos sítios arqueológicos.

Aqui encontramos outra tensão que surgiu junto e ao longo da construção de Belo Monte. Maria e Vinícius falaram

de como Altamira foi modificada por meio da elevação das águas do Xingu e do deslocamento forçado de residentes de bairros inteiros. Carla, por outro lado, destacou que ocorreu grande preocupação do Movimento Indígena em relação ao destino do material arqueológico que estava sendo resgatado durante o Licenciamento Ambiental da usina. Para os indígenas, todos esses vestígios pertencem a eles, como afirma categoricamente Carla. Por essa razão, acreditavam que os vestígios deveriam permanecer em Altamira.

Essa foi uma inquietação constante nos anos iniciais do empreendimento e estava associada a toda a tensão por ele provocada. Os índios urbanos de Altamira também estavam sendo atingidos pelas mudanças no mundo urbano e sendo deslocados para os RUCs ou permanecendo em locais atingidos pela violência urbana, por exemplo. Paralelo a isso, os povos aldeados se viram violentados pela pressão sobre seus territórios: morte elevada de peixes e de outros animais aquáticos, do-

enças, escassez de locais para produção agrícola.

Para Carla, nos momentos finais da história de construção de Belo Monte, a preocupação passou a ser direcionada às condicionantes que não foram realizadas. Isso fez com que eles se distanciassem do acompanhamento das atividades relacionadas à Arqueologia, pois havia maior urgência nas outras questões que não foram resolvidas.

Parte das demandas foi atendida com a elaboração e início da execução do projeto da Casa de Memória TransXingu e da Reserva Técnica e Laboratório de Arqueologia, situados em Altamira. Essas instituições servirão para registrar e expor as pesquisas realizadas no contexto do licenciamento ambiental. No entanto elas não surgiram apenas pela boa intenção do consórcio de Belo Monte. Carla relembra que o Movimento Indígena sugeriu ocupar a empresa responsável pelas pesquisas arqueológicas, no intuito de pressionar para que o desejo de permanência dos objetos que contam a sua história no rio Xingu fosse atendido.

# O que essas histórias nos ajudam a refletir?

**N**as páginas anteriores, pudemos ler algumas narrativas de pessoas que vivem em Altamira em um dos momentos históricos de intensas transformações da cidade. Por várias vezes, Altamira esteve no centro de interesses de algumas frentes de expansão econômica dos governos brasileiros. Em todos os casos, ocorreu a construção de grandes empreendimentos.

João, Joana, Vinícius, Maria, Carla e Anderson, com suas diferentes idades e experiências de vida, falaram como um desses empreendimentos modificou bastante os lugares, as coisas e as vidas das pessoas. Todos falam da forma como era antes. Todos narram suas movimentações sendo mediadas por objetos, que podem ser desde casas, pontes, a pequenos cacos de cerâmica arqueológica.

Quando João lançava pedaços de potes de barro no rio Xingu, não imaginava o que esses

pequenos vestígios significavam para os povos indígenas da cidade, tal como Carla. Os moradores do bairro Aparecida, que tinham partes de suas casas alagadas quando o rio enchia uma vez por ano, não imaginavam que no Jardim Independente, uma lagoa iria abrigar pessoas que precisaram fazer de uma área alagada sua moradia permanente, porque essa era a escolha mais viável entre as outras possíveis.

O que há de comum nessas histórias “na cidade e da cidade” de Altamira? Elas contam a forma como nossas histórias pessoais estão associadas a certos objetos. Mostram também como podemos ter nossas referências impactadas quando somos desligados desses objetos. São eles que constituem o nosso patrimônio de histórias pessoais.

**Para você, quais lugares e coisas podem contar suas histórias?**

RHUAN LOPES

*Vista do Rio Xingu, ao entardecer.*





FOTOS RHUAN LOPES

# Proposta de atividade

**N**esta edição, conhecemos como a trajetória pessoal de algumas pessoas está ligada à história da cidade em que vivem. As narrativas falam sobre lugares que foram modificados, ruas abertas, casas construídas ou demolidas, bairros que surgem ou desaparecem...

Para pensar como isso ocorre próximo à nossa própria história, propomos a seguinte atividade:

1. Busque alguém que possa contar algo sobre uma mudança na sua rua, na sua escola, ou na sua casa. Pode ser você mesmo! Afinal de contas, somos envolvidos em muitos acontecimentos em nosso dia a dia.



2. Questione como tais mudanças são acompanhadas pelos objetos que nos rodeiam. Eles também são modificados? Quais deles são incorporados à sua vida? Quais deles passam a ser utilizados de modos diferentes?



3. É possível montar uma história com base nisso? Elabore uma narrativa em texto, imagens ou música, por exemplo. Conte como os acontecimentos na vida pessoal se relacionam com questões maiores da vida em comunidade.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM/UFPA  
JORNAL BEIRA DO RIO - científicoascom@ufpa.br  
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto  
Rua Augusto Corrêa n.1 - Prédio da Reitoria - Térreo  
CEP: 66075-110 - Guamá - Belém - Pará  
Tel. (91) 3201-8036  
www.ufpa.br

**Projeto Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira.** Texto: Rhuan Carlos dos Santos Lopes Fotos: Rhuan Lopes e Tiago Oliveira. Este conteúdo é preparado pelas/os pesquisadoras/es do Projeto Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), via Edital No. 12/2015 - Memórias Brasileiras - Conflitos Sociais. A edição n. 4 contou com o apoio do Curso Etnodesenvolvimento e da Casa de Memória TransXingu, ambas no Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará.

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho; Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva; Secretário-Geral do Gabinete: Marcelo Galvão; Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa; Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio; Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Jr.; Pró-Reitor de Relações Internacionais: Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira; Pró-Reitor de Administração: João Cauby de Almeida Jr.; Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel Trindade Borges; Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Raimundo da Costa Almeida; Prefeito Multicampi: Eliomar Azevedo do Carmo. Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM/UFPA. Direção: Prof. Luiz Cezar Silva dos Santos. **JORNAL BEIRA DO RIO.** Edição: Rosyane Rodrigues (2.386-DRT/PE); Fotografia da capa: Rhuan Carlos dos Santos Lopes; Projeto Beira On-line: TI/ASCOM; Atualização Beira On-Line: Rafaela André; Revisão: José dos Anjos Oliveira e Júlia Lopes; Projeto gráfico e diagramação: Rafaela André; Marca gráfica: Coordenadoria de Marketing e Propaganda CMP/Ascom; Impressão: Gráfica UFPA; Tiragem: Mil exemplares. © UFPA, Agosto/Setembro, 2019.